

ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DE DISCURSO POLÍTICO

Céli Regina Jardim Pinto¹

Resumo

O presente artigo foi construído a partir de um conjunto de seis aulas sobre análise de discurso. Objetiva abordar a questão da análise de maneira ampla, pontuando os principais conceitos e noções que este campo de trabalho pressupõe. O propósito é oferecer um instrumental, ainda que introdutório, para que estudantes e profissionais interessados no tema possam ler analiticamente o discurso político que se apresenta nas discussões do dia-a-dia, no campo tradicional da política e na mídia.

Palavras-chave: análise de discurso; discurso político; mídia.

ELEMENTS FOR A POLITICIAN SPEECH ANALYSIS

Abstract

The present article was elaborated from a set of six lessons on speech analysis. It aims to approach the question of the analysis in a wide way, showing the main concepts and knowledge that this field of work estimates. The intention is to offer a device, an introductory, so that students and professionals interested in the subject can read the politician speech analytical who presents in the discussions of day-by-day, in the traditional field of politics and in the media.

Key-words: speech analysis; politician speech; media.

“Vi que não há Natureza,

¹ Doutora em Ciência Política pela University of Essex, U.E., Inglaterra. Professora do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFRGS. E-mail: celirjp@zaz.com.br.

*Que Natureza não existe,
Que há montes, vales, planícies
Que há árvores, flores, ervas,
Que há rios e pedras.
Mas que não há um todo a que isso pertença
Que um conjunto real e verdadeiro
É uma doença das nossas idéias”.*
Alberto Caeiro

Introdução

O discurso político tem espaços clássicos de enunciação. Não é preciso ser um analista de política, um estudioso de ciências sociais ou cientista político para saber que há espaços nos quais o discurso político acontece, como, por exemplo, nos legislativos federais, estaduais e municipais, no executivo, na palavra do presidente da república, dos governadores de estado, dos prefeitos. Ou seja, falamos cotidianamente dos políticos e dos seus discursos.

No tempo da política, isto é durante as campanhas eleitorais, o discurso sai dos limites dos locais tradicionais de enunciação e todos nós nos tornamos enunciadores de discursos políticos, sujeitos de discursos políticos: os eleitores passam a ser também enunciadores. Todo eleitor, em última instância, quando vota, constrói um discurso político, a política se legitima na fala de cada um de nós.

Quem portanto é legítimo para enunciar o discurso político? Certamente, políticos eleitos são legítimos para falarem de política, mas também nós, cidadãos e cidadãs, somos legítimos para falar de política, propor, criticar, etc. Os locais diferentes de enunciação provocam efeitos diferentes de acordo com sua tradição e reconhecimento público. Nas últimas décadas, os partidos, as assembleias, os comícios e as rodas informais de discussão receberam uma poderosa companhia da mídia falada, escrita, televisiva, que deixou de ser um espaço onde o discurso político se expressa e passou a ser um espaço de construção de discurso. E não pode ficar esquecida aqui a Internet, que começa a ocupar importantes espaços nesta arena.

O conceito de discurso

O conceito de discurso é muitas vezes equivocadamente usado como sinônimo de pronunciamento, de texto formal. Não há nenhum problema em se usar a palavra ‘discurso’ para nomear pronunciamentos, entretanto, quando se trata de Teoria do Discurso, isto leva a um erro grave. Em uma sociedade como a nossa, uma grande parte dos discursos se expressa na escrita, mas também há importantes discursos visuais, desde as manifestações artísticas

até a própria moda. Nada mais cheio de significado, nada mais discursivo do que a forma de vestir dos adolescentes, por exemplo.

Essas considerações iniciais visam deixar claro que não estamos falando em pronunciamentos, apesar destes serem formas de discurso. Também a análise de discurso não é análise de conteúdo: são duas perspectivas completamente distintas. Análise de conteúdo é um método de análise de texto; análise de discurso é uma teoria dos sentidos, das significações. As técnicas da análise de conteúdo pouco ou nada ajudam.

O discurso pode ser inicialmente definido como uma bem sucedida, mas provisória, fixação de sentidos, daí que o conceito de discurso e a teoria do discurso partem do princípio que as verdades anteriores aos discursos não existem, isto dito de outra forma se coloca diametralmente na oposição a posturas essencialistas, que pensam em uma realidade pré-dada, que deve ser descoberta através da mediação da teoria. Para a teoria do discurso, a verdade é uma construção discursiva, afirmação que não pode ser confundida com a simplista idéia de que a verdade não existe.² Entretanto, recolocar-se desta forma, envolve uma importante ruptura que o conceito de discurso faz com o conceito de ideologia entendido como falsa consciência, presente na teoria marxista.³

O discurso existe porque ele é uma tentativa de dar sentido ao real, uma tentativa de fixar sentidos, precária mas exitosa: precária enquanto não essencial e por isso, constantemente ameaçada de ser desconstruída; exitosa porque, no que pese a ameaça, contém uma continuidade histórica. Quando o tema é o discurso político, esta dinâmica é muito simples de ser observada: o que é um discurso político, se não uma repetida tentativa de fixar sentidos em um cenário de disputa? Os exemplos podem se multiplicar, atualmente há uma disputa sobre os significados de noções como “esquerda”, “direita”, “reforma”, “revolução”, todos estes termos tiveram sentidos muito mais fixos do que têm hoje. Quando analisamos o discurso político, verifica-se que esta é uma tentativa de fixar sentidos, que têm a urgência como condição e durante as campanhas eleitorais esta urgência é ainda mais fácil de ser verificada.

² Para aprofundar o conceito de discurso veja: Michel Foucault. “A Ordem do Discurso”; Michel Pêcheux, “O discurso: estrutura ou acontecimento”; Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, “Hegemony and Socialist Strategy Towards a radical democratic politics”.

³ Para aprofundar, ver: Marx e Engles, “A Ideologia Alemã”; G. Lukács, “História e consciência de classe: estudos de dialética marxista”.

A provisoriade traz consigo uma outra noção: a de a arbitrariedade. Se o sentido é provisório não é porque não se chegou ao verdadeiro sentido, mas porque não há um sentido essencial anterior ao discurso. Tomemos em exemplo muito simples: uma caneta: a caneta chama-se “caneta” de forma absolutamente arbitrária. Entre o som “caneta” e o objeto não existe nenhuma relação necessária. Isto parece banal, mas é fundamental para a teoria do discurso. Se convencionássemos que a partir da semana que vem a caneta viesse a se chamar “livro”, não haveria nenhum problema, desde que todos nós combinássemos que a caneta é um livro. O que é importante ficar claro é que o sentido do que é discursivo é completamente arbitrário. Não existe nenhuma razão essencial para o objeto cadeira ser chamado “cadeira”. Eu posso chamá-la de carro. Agora, é evidente que o exemplo é pesado, é caricato, no mundo da vida a construção de sentido é bem mais complicada. Os sentidos são construídos historicamente, não podemos andar por aí atribuindo a qualquer coisa qualquer palavra.

O que foi dito acima não autoriza a qualquer um trocar a qualquer tempo o nome das coisas, só porque trata-se de uma relação arbitrária, pois é evidente que toda a palavra tem a sua história. Quando nascemos, nos deparamos com um cabedal linguístico acumulado que tem uma perenidade, que é efeito de uma fixação bem sucedida. Mas, o importante é saber que mesmo que ao longo das gerações os significados tenham sido vividos como naturais, ainda assim são arbitrários e provisórios, são apenas parte de uma construção de verdade, o que lhes dá uma condição completamente distinta. Tais afirmações ganham complexidade quando passamos para o terreno da filosofia, da política, para o terreno dos direitos humanos, das emoções, por exemplo - quando se discute o amor materno ou o amor romântico. O amor materno não é natural, o amor materno é construído. E se nós o tomarmos historicamente, veremos que nos séculos XIV, XV, XVI, XVII, as mães tinham os filhos e os entregavam a outros para cuidar e iam buscá-los com sete, oito anos de idade. As peças shakespearianas, mostram que os filhos eram muitas vezes mortos pelos pais porque estavam atrapalhando os reinos. Portanto, a idéia do amor materno é uma construção, uma das mais bonitas da humanidade, mas sempre uma construção. Isto não equivale a dizer que as mães não amem seus filhos, mas apenas que este amor não diz respeito à natureza humana. O amor romântico também não é da natureza humana. Shakespeare era tão entusiasmado pelo amor romântico exatamente porque ele era uma exceção. Nos séculos XII, XIII, XIV, as relações das pessoas, as formas de como elas se encontravam, se casavam, procriavam, não tinham nada a ver com esse amor romântico. O amor romântico era vivido como um acidente.

Em suma: o discurso é uma tentativa de fixação, é uma busca de êxito nesta fixação, mas esta fixação, por mais exitosa que seja, é uma fixação provisória, por mais tempo que ela dure, é arbitrária, ou seja, nada garante que ela será obrigatoriamente assim. Antes de dar continuidade ao argumento, se faz necessário um rápido parêntese, para enfatizar dois pontos. O primeiro deles diz respeito ao fato de que a afirmação da não essencialidade do discurso não tem nada a ver com a idéia de falso ou de manipulação. Há discursos falsos e manipulados, mas isto é tema para a análise a partir de hipóteses de trabalho. O que é importante para o bom andamento da explicação da teoria é ter claro que a falsidade ou a manipulação não advém da natureza não essencial dos sentidos. O segundo ponto que deve ficar bem entendido neste primeiro momento é que os discursos, na medida em que contém significados incorporados por sujeitos, que os controem ou são por eles subjetificados, provocam efeitos concretos, na forma das pessoas se relacionarem entre si, nas formas como a história toma os seus rumos.

O sentido da provisoriedade tem de ficar bem claro: não se trata de uma condição de constante mudança, mas que sinaliza que se não lutarmos todos os dias para que os nossos direitos continuem sendo direitos, nós podemos perdê-los. Porque aquela cláusula pétrea que diz que todos nós temos o direito à vida foi um acordo construído discursivamente. Ou seja, se não lutarmos por isto, nós podemos perder este direito. Porque este é apenas um discurso provisório, com êxito, mas arbitrário.

Alguns exemplos esclarecem o que está sendo discutido até aqui: pensemos em um terremoto acontecido em uma região qualquer, quando não havia população nesta região: nós não podemos pensar nele porque ninguém deu sentido a ele, portanto ele não existe para ninguém. A condição pode mudar se estudiosos de alguma ciência ligada à terra, fizerem uma análise geológica e chegarem à conclusão que há um milhão de anos houve um terremoto lá. Desta forma está sendo atribuído sentido a este terremoto e ele passa a ter efeitos em outros discursos.

Outro terremoto acontece na mesma região durante a existência de uma civilização, que vive o terremoto como conseqüência da ira dos deuses, porque a forma como eles estavam se comportando não era a correta e que devido a isso teriam de fazer alguns sacrifícios humanos, matar um grupo de virgens e entregá-las aos deuses, para que os terremotos não mais acontecessem. A nossa percepção como seres humanos do século XXI é: nós sabemos a verdade sobre os terremotos. Eles não sabiam. Daí que podemos pensar que o

que está ocorrendo é um enfrentamento entre a verdade atual e engano anterior. Sabemos que o terremoto é uma manifestação da acomodação das camadas geológicas da Terra, cientificamente se chegou a esta conclusão. Tomam-se certas medidas para diminuir os seus efeitos: constroem-se casas seguras, ruas largas, treinam-se as populações para se salvarem. Entretanto, isto não é tão simples assim: nós estamos plenamente convencidos, no século XXI, de que chegamos a todas as verdades por conta da ciência. Contudo, a pergunta que permanece é se daqui a mil anos não estarão dizendo os cientistas que era um absurdo o que, ao redor do ano dois mil, se pensava sobre terremotos? Por que nós temos tanta certeza que nosso discurso chegou à verdade?

O que é importante enfatizar é a força desse rompimento com a noção de uma verdade anterior a qualquer significação. Porque, quando nós observamos os discursos das civilizações que nos antecederam, e que tinham relações místicas com as forças da natureza, ficamos surpresos e dizemos: “que horror, mataram pessoas em função das forças da natureza”, sendo que nossa civilização mata por razões bem menos ameaçadoras. Os exemplos como o das forças da natureza são sempre mais fáceis de serem construídos e entendidos, porém se faz necessário aqui pensar no discurso a partir de questões éticas e comportamentais. Pensemos no seguinte cena: em uma rua, em uma das grandes cidades do Brasil um policial bate em um menino negro. Qual o sentido desta cena? O que é verdade sobre esta cena? .

Se a testemunha da cena for uma pessoa de muita idade, que já foi assaltada cinco vezes e que está apavorada com a violência, dirá: “até que enfim, um policial batendo num marginal que está atrapalhando a vida da cidade, ainda bem que apareceu um policial para acabar com isto”. Se a testemunha for um indivíduo racista fará um discurso ainda mais marcado contra o menino negro. Mas se a testemunha for um representante de uma ONG de direitos humanos, possivelmente dirá: “esta é uma cena de violência de um policial em relação a uma criança”. Nos três discursos a cena é a mesma. Assim como no terremoto, que tem diferentes discursos sobre ele, uma cena simples na rua, também.

Tomando uma questão social como exemplo: como o MST é construído no Brasil? É impossível chegar a uma verdade sobre o MST. Ele é significado tanto como um movimento social, como um movimento totalitário que vai tomar o poder e acabar com a democracia. Isto porque ele está inserido em discursos diferentes. O que cabe ao analista de discurso é “desconstruir”, analisar como este MST é construído em cada um destes discursos. Isso não é

uma tarefa literária. Isso é uma tarefa para compreender os espaços onde atores, partidos, movimentos atuam, agem e modificam a vida contemporânea.

As formas de discurso⁴

São inúmeras as formas através das quais os discursos se organizam: discurso científico, místico, religioso, político, amoroso, mediático, cada um desses pode ser subdividido em muitos outros, cada um contendo características próprias de funcionamento. Para se analisar o discurso político contemporâneo, três formas de discurso são particularmente importantes de se tomar em consideração: o discurso científico, o discurso da mídia e o discurso político propriamente dito.

O discurso científico

O discurso científico tem características particulares. No discurso científico nenhum sujeito de traços antropomórficos está presente para suportá-lo. O discurso se constrói e se legitima através da negação do sujeito. A presença do sujeito no discurso científico o desmoraliza, o desqualifica, porque a narrativa científica define-se como a transformação do “não saber” em um “saber”. Se tomarmos um livro, veremos que ninguém dirá: “eu penso que fazendo tal equação matemática ou “que levando em consideração tal número, vai dar tal resultado”.

Em um livro de física, biologia, ou química nunca aparecerá alguém dizendo “eu acho isto, eu acho aquilo”. A linguagem científica não existe por acaso, ela é dotada de sentido específico: o sujeito é dotado de uma subjetividade e a ciência e o discurso científico reivindicam a si uma objetividade. Para que haja uma objetividade deve haver uma grande distância entre o sujeito e o objeto de estudo e esta grande distância pode ser analisada na medida em que é parte do poder do discurso. O discurso científico é um discurso que esconde o sujeito e, ao esconder, o sujeito se transforma em um “não-sujeito”. O poder do sujeito no discurso científico é o seu lugar de esconderijo. Porque, o cientista escondendo-se, dá ao seu discurso um tom de objetividade. Esta é uma característica do discurso científico, diferencial se comparada com o discurso político, o literário, o mediático e até o discurso religioso.

⁴ Para aprofundar a questão ver: Céli Regina Jardim Pinto, “Com a Palavra o Senhor Presidente”; Eni Pulcinelli Orlandi, “A Linguagem e seu funcionamento – As formas do Discursos”.

Porque as ciências sociais têm tanta dificuldade de serem reconhecidas como ciências? Ao conversarmos com um físico ele dirá que nós fazemos cultura: “não é bem científico o que o cientista social faz”. Até porque diferentes cientistas sociais, analisando um mesmo fato chegarão a conclusões distintas. O discurso científico pretende-se objetivo, pode-se imaginar facilmente um cenário onde cinco cientistas estudam em diferentes lugares acerca de um fenômeno e chegam à mesma conclusão, tanto que há célebres disputas pela autoria de algumas descobertas científicas, por parte de laboratórios que chegaram, ao mesmo tempo, às mesmas conclusões. A distância possível entre os sujeitos e seus discursos nas diversas ciências pode explicar muitas das suas características epistemológicas.

Paradoxalmente, nenhum discurso exige tanto um sujeito de autoridade como o discurso científico. Dizemos que um determinado texto é muito importante, porque foi produzido pelo indivíduo tal, com tais títulos acadêmicos, no departamento de uma importante universidade. O mesmo texto produzido por alguém de menor titulação em uma universidade desconhecida será menos considerado. Dizer que um trabalho foi produzido em uma universidade importante confere autoridade ao discurso, porque se constitui discursivamente também a importância dessas instituições. Elas são instituições importantes e elas têm um peso no discurso.

Um fator fundamental para a legitimidade de um discurso é, portanto, a posição do enunciador. Isto é central no discurso científico, mas não tem tanta importância em outros discursos, tais como os de caráter ético, religioso e mesmo político. O sujeito científico, no que pese seu esforço de apagamento, e talvez exatamente por isso, é o sujeito mais sofisticadamente construído, pois jamais pode falar sem antes apresentar um currículo, ter títulos, locais específicos, departamentos, universidades, editoras. Um livro traz sempre, na “orelha” a vida do autor, tudo o que ele fez, todos os seus cursos, todos os títulos de livros que escreveu. A descrição detalhada do sujeito é que dá suporte ao discurso.

Ao contrário do discurso político o discurso científico não pretende interpelar.⁵ Ou seja, ele não constrói sujeitos e esconde o sujeito que o escreve. Quanto menos pessoas entenderem o discurso científico, mais importante ele poderá parecer para a comunidade científica. O discurso científico é feito para os pares. Só aos pares interessa o discurso. É tão forte esta característica que, quando um cientista começa a escrever divulgação científica, quando começa a se tornar popular tende a perder a respeitabilidade entre os seus pares. O

⁵ A noção de interpelação foi desenvolvida por Luis Althusser no seu clássico e controverso artigo “ Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado”.

discurso científico neste particular é a negação do discurso político. O discurso científico não é para ser entendido por aquele que não é iniciado, que não é o portador dos títulos. Quanto mais o discurso científico for restrito maior será o seu poder. Essa característica do discurso científico é muito importante para o analista de política, porque o político se utiliza muito da autoridade do discurso científico, para justificar as suas posições.

Discurso da mídia

Nas últimas décadas, a mídia, principalmente a eletrônica, tornou-se a principal fonte de informação sobre quase todos os temas, desde questões da atualidade, ou seja os acontecimentos diários, até os temas da política, das ciências, das artes. Poucos discursos escapam ao filtro da mídia. Até os discursos religiosos que buscam reflexão e recolhimento são enunciados através da tevê e do rádio. Qual é a importância desta presença para a teoria do discurso e seus analistas? A importância está em dois principais pontos: o primeiro que os discursos se transformam pela imposição das técnicas da mídia, o segundo que a mídia tem seu próprio discurso com suas ordens e suas formas de funcionamento. É deste último ponto que tratarei a seguir.

O discurso da mídia contemporânea está calcado em duas características básicas: a busca da verdade e a objetividade. Na busca da verdade está muito próximo do discurso científico, isto é da investigação. Já em relação a objetividade esta não é reivindicada através do apagamento do sujeito, mas, ao contrário, através da presença dos sujeitos com posições opostas.

Atualmente grande parte da mídia se preocupa com a investigação. Na tevê há uma investigação no programa “Fantástico”, no programa “Linha Direta” e até nos programas populares, investiga-se crimes ou investiga-se um animal perdido na floresta amazônica, no “Globo Repórter”, ou ainda investiga-se o paradeiro da filha da Dona Maria de Tal no “Programa do Ratinho”. Mas há sempre a busca da verdade, há sempre uma investigação. Isto acontece também em relação aos eventos políticos. A mídia está sempre tratando de revelar a verdade sobre os políticos, para os cidadãos e esta verdade sempre vem repleta de significados de corrupção, desrespeito e de deslegitimação do campo da política.⁶

⁶ A relação da mídia como o discurso político tem sido tema de um grande número de trabalhos acadêmicos no Brasil, tanto na área da Ciência Política, como na área das Comunicações. Duas revistas acadêmicas merecem

Esse é um discurso muito forte e é o que a mídia vem fazendo nos últimos anos quando trata do político, em um discurso que poderia ser caricaturado da seguinte forma: “Nós apresentamos para o cidadão a verdade sobre a política, a verdade que os políticos são corruptos. Nós substituímos os políticos representando os reais interesses dos brasileiros, porque nós falamos a verdade”. Nas pesquisas de opinião em que se pergunta “em qual instituição você confia mais?” a mídia está sempre em um lugar muito destacado. Ela se coloca de maneira que “nós fazemos a investigação e nós encontramos o corrupto”. O discurso da verdade mais sofisticado é da câmara escondida, que é usado de uma forma muito livre atualmente por emissoras de tevê no Brasil, ou seja, “nós estamos descobrindo”. É interessante como a idéia que a câmara escondida (o discurso sobre a câmara escondida) atinge tal legitimidade que não se coloca a possibilidade de um discurso ético, que se contraponha a esta prática. E não é porque não exista pessoas éticas no Brasil, é evidente que existem, mas não existem condições de emergência para um discurso ético, que se contraponha a esta invasão de privacidade, pois qualquer reação ao discurso da mídia é significada como cumplicidade à corrupção. A ética e a privacidade dos cidadãos passam a ser artigos supérfluos em um discurso agressivo de imposição de verdade.

Mas não é somente a tevê que busca impor a sua verdade, os editoriais, as páginas de opinião dos jornais são ainda mais veementes ao se colocarem como o discurso da verdade: defendem suas posições a partir dos mesmos princípios do discurso científico, fazem análises cuidadosas, citam autoridades científicas nacionais e internacionais, discutem políticas públicas a partir de indicadores aceitos como confiáveis na academia. O jornalismo escrito busca a objetividade, se coloca como o analista imparcial.

Até a década de sessenta existia um jornalismo político, no Brasil e no mundo. Sabia-se qual era a posição do jornal “Última Hora”, por exemplo. Quem viveu na época sabia qual era a posição deste jornal de Samuel Weiner, durante o período getulista, também sabia qual era a posição do jornal em que escrevia Carlos Lacerda, qual era a posição dos “Diários e Emissoras Associadas”. Nos outros países também foi assim e na Europa ainda continua sendo em alguns casos. Na França o “Le Figaro” é identificado como um jornal de direita, com articulistas de direita. O “Liberation” se contrapõe como um jornal de esquerda. Cada um tem sua versão dos fatos

Mas, a escola de jornalismo que vem dos EUA é da imprensa objetiva e este é o modelo que pretende adotar o jornalismo brasileiro: é um jornalismo que tem um discurso perverso, porque também tem lado, mas se apresenta como uma verdade objetiva. O problema do discurso jornalístico não é não ter lado, mas é se apresentar como não tendo e todo o jornalismo investigativo tem essa pretensão. É a pretensão do “Washington Post”, é a pretensão do “New York Times” ou do “Los Angeles Times”.

Nesta pretensão a verdade, a construção da opinião pública é fundamental no discurso da mídia e no discurso jornalístico ela aparece de duas formas: a partir da perspectiva do próprio jornal e a partir de pesquisas de opinião. A primeira pode ser observada quando o discurso jornalístico se apresenta como o representante da opinião pública. Mas essa opinião pública é um ente abstrato, pois ninguém sabe que opinião tem a opinião pública. Por exemplo: “a opinião pública está revoltada com os controladores de velocidade”, “a opinião pública está revoltada porque a rua tal está cheia de água”. É óbvio que as pessoas estão descontentes ou porque não podem atravessar a tal rua ou porque as pessoas desse país acham que é certo andar a mais de 60Km/h nas ruas das cidades e como não foram avisadas antes que existe um controlador de velocidade ficam revoltadas. A cidadania brasileira acredita que tem o direito de desobedecer a lei e se não lhe avisarem antes, estão querendo lhe roubar dinheiro. É uma pseudo-opinião pública que diz “eu estou querendo desobedecer a lei e, por favor, se eu tiver que obedecer a lei me avisem muito antes, senão ficarei revoltado”. A construção discursiva da luta contra os “controladores de velocidade” é esta. Será que esta é a opinião da maioria dos motoristas, ou é uma construção de jornais que estão em cidades governadas por grupos políticos não simpáticos ao jornal. Seria interessante como exercício de desconstrução de discurso tomar um tema como este, “controle de velocidade através de multas”, e ver como jornais de uma mesma empresa em cidades com diferentes grupos políticos no poder, se colocam frente a ele.

A segunda forma de expressão da chamada opinião pública é a aferida em pesquisas de opinião. “50% dos cidadãos pensam isto, 80% dos cidadãos pensam aquilo”, e mais uma vez temos a opinião pública que passa a ser importantíssima no discurso da mídia. Pierre Bourdieu, em um polêmico artigo com o título “A opinião pública não existe” afirma que ela não existe porque a opinião pública aferida em pesquisas de opinião é a soma das opiniões privadas. Assim como a vontade geral não é a soma das verdades particulares, a opinião pública não é a soma das vontades particulares. Porque as pessoas, para terem opinião sobre algum tema, devem antes estar informadas e, ao contrário, as pesquisas de opinião são feitas

sem darem às pessoas a possibilidade delas estarem informadas sobre o tema sobre os quais eles devem opinar.⁷

A opinião pública tem de existir a partir de um conhecimento de temas, ou seja, as pessoas têm direito à informação, têm direitos a discutir os temas e após elas vão ter uma opinião. Mas é uma falácia pensar que a opinião dada a partir de pergunta do pesquisador que bate à porta é um momento de respeito à opinião pública e de alastramento do processo democrático. Um bom exemplo deste tipo de pesquisa de opinião é sobre a pena de morte. Certamente se a pesquisa for feita após a divulgação de um crime hediondo haverá um grande percentual de pessoas a favor. Mas, se for noticiado uma imensa injustiça, uma execução de um condenado à morte nos EUA e após dois dias concluir-se que ele era inocente, a mesma pesquisa com as mesmas pessoas terá possivelmente resultados muito diferentes. Portanto, a questão da opinião pública tem de ser muito bem contextualizada porque ela tem peso muito grande tanto na construção do discurso da mídia como no discurso político.

O discurso político

O discurso político é o centro das preocupações destas anotações sobre análise de discurso. Sobre ele estamos nos referindo todo o tempo e para analisá-lo é que as noções que se seguem neste texto são explicadas. Cabe neste momento, apenas enfatizar suas principais características e focar a relação estreita que estabelece com todas as outras formas de construção de sentido. A característica fundamental do discurso político é que este necessita para sua sobrevivência impor a sua verdade a muitos e, ao mesmo tempo, é o que está mais ameaçado de não conseguir. É o discurso cuja verdade está sempre ameaçada em um jogo de significações. Ele sofre cotidianamente a desconstrução, ao mesmo tempo só se constrói pela desconstrução do outro. É portanto, dinâmico, frágil e, facilmente, expõe sua condição provisória.

O discurso político é o discurso do sujeito por excelência. A constituição do sujeito obedece às mesmas regras do discurso, ele não é anterior nem tampouco essencial, derivado de leis da história ou da própria natureza, Ao longo da nossa vida, temos várias posicionalidades como sujeito. Somos sujeitos de múltiplos discursos. Todas estas condições são potencialmente interpeláveis, mas antes do discurso e de sua sujeição a ele não é possível

⁷ BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

afirmar a que ordem de discurso ela pertence. Ela pode ser moradora de um bairro popular e ali pode ser uma líder. Ela também pode estar num clube de mães e se constituir como sujeito e quando perguntada sobre o que ela é na vida, pode dizer que é mãe, também pode estar em um movimento negro e ser uma líder ou militante desse movimento e quando perguntada sobre o que ela é ela diz ser negra. Ou pode ser uma feminista e responder ser feminista. Ela pode ser líder sindical, porque trabalha e pode dizer que é uma trabalhadora. Ninguém pode garantir quais são as formas de sua subjetificação, antes de estudar a sua vida e observar as suas condições, não se pode dizer a priori com qual discurso ela se identificará; como ela se constituirá como sujeito, que sentido ela dá a sua vida.

Essa questão do assujeitamento é fundamental na construção do discurso político, pois ao mesmo tempo em que constrói sujeitos, enfrenta-se com sujeitos já construídos. Em um país como o Brasil, devido às imensas desigualdades sociais, uma parcela significativa da população não se constitui como portadores de direitos. São sujeitos que encontram acolhida em discursos políticos clientelísticos, que aprofundam a condição de desigualdade. Frente a este cenário, um discurso político que constrói o sujeito da igualdade, portador de direitos, tem de enfrentar uma subjetificação na ordem clientelística.

O sujeito desprovido de poder e saber é uma constante nos discursos conservadores, muitas vezes não corresponde a nenhum indivíduo concreto mas que se torna fundamental. O melhor exemplo é o da “dona de casa”. A dona de casa é, antes de tudo, uma idiota. Completamente desinformada, não compreende nada e é desligada dos problemas nacionais. Um presidente da república em um passado recente, ao explicar uma mudança em um pronunciamento oficial, disse com a maior tranqüilidade, que era tão simples o que estava acontecendo no Brasil em termos de política econômica financeira, que até uma dona-de-casa poderia entender.

Todo político que quer falar para todas as pessoas, para as pessoas mais simples e mais ignorantes, diz: “aqui estamos nós, com pessoas como professores, trabalhadores, funcionários públicos e até donas-de-casa”. Essa dona-de-casa é também uma pessoa com muito tempo na vida. Ela caminha, em uma cidade como São Paulo de supermercado em supermercado fazendo pesquisa de preço, cada vez que vai comprar um produto. Evidentemente que essa senhora gasta muito dinheiro em ônibus. Obviamente que essa mulher não existe. E ela não é ofensiva porque ninguém se identifica com ela. Ninguém que está em casa e que é mulher diz “ele está falando comigo” porém é um sujeito fundamental. É

interessante isso, por que na política esta senhora, que é completamente ignorante e desprovida de ter o que fazer, por que ela passa o dia inteiro passando de supermercado em supermercado e é tão importante no discurso político brasileiro? O que está imbuído nessa senhora para que ela apareça em todos os discursos políticos? O que está imbuído aí: o desprestígio do trabalho da casa? O desprestígio da mulher? Qual é o sentido? No discurso político brasileiro, este sujeito é fundamental, mas não é para a mulher da virada do século: “a dona-de-casa”, certamente, é uma mulher que trabalha de manhã, cuida dos filhos ao meio-dia e sai novamente para trabalhar e à noite corre ao primeiro supermercado da esquina e volta pra casa. Então, essa senhora, desprovida de ter o que fazer, e que é ignorante simplesmente não existe, mas está no imaginário dos homens e funciona como operador importante para explicar detalhadamente questões controversas. Ao mesmo tempo em que não ofende ninguém, porque ninguém com ela se identifica, reproduz de forma muito detalhada o preconceito em relação a mulher como incapaz de entender e se envolver nas questões públicas.

É importante observar que somos interpelados por múltiplos discursos. Mas, quanto mais velhos somos, menor é a possibilidade de como indivíduo sermos interpelados por novos discursos. É muito mais fácil fazer com que o adolescente torne-se drogado do que com um adulto como nós, porque o adolescente está muito mais aberto a outros discursos e a ser constituído como sujeito diferente do que ele é. O discurso que lhe dá sentido, que lhe assujeita é mais provisório e menos exitoso em seu trabalho de fixação. E assim acontece com as democracias. Quanto mais uma democracia se repete, quanto mais tempo existe, menos aventuras são aceitas nessa democracia, porque menos os sujeitos estão abertos para discursos aventureiros. O discurso democrático tem atualmente mais fixidade do que jamais teve na história do ocidente. Nas últimas eleições brasileiras, com exceção deste fenômeno chamado Enéas houve muito poucos discursos esdrúxulos. Há cada vez menos espaço para esses tipos de discursos, há um conjunto de sentidos acumulados, somos sujeitos de uma democracia e temos direitos nessa democracia e não é qualquer um que pode enunciar um discurso não democrático, por exemplo, capaz de ser aceito.

Os discursos políticos têm locais de enunciação específicos, ou seja, é absolutamente legítimo quando ele parte de partidos políticos, de assembleias legislativas, do governo. Mas deve-se considerar que nas democracias contemporâneas cada vez mais existem outros espaços de construção do discurso político, que concorrem com os espaços tradicionais. Há o discurso político estrito senso, que é o discurso político que tem locais de enunciação muito

claros, que são os locais de política, mas também há o discurso político feito na imprensa e o discurso político feito na sociedade. Quanto mais se democratiza um país, mais haverá cidadãos falando de seus problemas em locais não tradicionais da política. Portanto, no regime democrático tende a haver uma democratização dos espaços, onde o discurso político é enunciado. E quanto mais o discurso político for enunciado por mais pessoas, mais democrático tende a ser o país e menos sentidos fixos os discursos dominantes conseguirão deter. Já se disse que a democracia é o regime da incerteza, poderíamos parafrasear dizendo que o discurso democrático é o discurso da incerteza, porque ele, ao incorporar novas demandas, novos sujeitos, novas problemáticas, reconstrói os próprios sentidos, nega suas verdades. Ou seja, a questão não é desqualificar o deputado, o representante, como aquele que tem o privilégio do discurso político, mas fazer com que ele tenha cada vez mais de dar conta do seu discurso político.⁸

Todo o discurso é um discurso de poder, na medida em que todos os discursos pretendem impor verdades a respeito de um tema específico ou de uma área da ciência, da moral, da ética, do comportamento, etc. Entretanto, o discurso político se destaca de todos neste particular, porque enquanto os outros tendem a deslocar seus desejos de poder, tornando-os opacos, o discurso político explicita sua luta pelo poder. Não poderia ser diferente, pois a explicitação de seu desejo de poder é o próprio discurso. Assim sendo, se distingue do discurso da mídia, na medida que esta última se opõe ao poder sob a denominação de objetividade da investigação. A mídia para enfrentar a política constrói um discurso do saber muito próximo das regras que regem o discurso científico. O discurso jornalístico é um bom exemplo de um discurso, que passa por um discurso objetivo, mas é um discurso político. De forma diversa, o discurso político tem lados, é um discurso de visões de mundo. É um discurso que tem como princípio básico a polêmica, ou seja, ele vive através da polêmica, vive através da desconstrução do outro. Essa é uma questão fundamental para entendê-lo, porque o que ele faz é desconstruir o outro, para se construir. Porque, se ele não desconstruir o outro ele não tem condições de construir a si próprio. É por isso que o marketing e o discurso político estão tão próximos, porque os diversos discursos na arena política estão buscando o mesmo espaço, ao contrário, por exemplo, do discurso científico, onde as pessoas estão produzindo a sua própria pesquisa e a pesquisa do outro não a impede de acontecer, o espaço não está em disputa. Bem entendido que há disputa entre discursos científicos, o que se está querendo enfatizar aqui é que esta não é uma característica

⁸ Para aprofundar as questões relativas aos novos espaços do discurso político ver: Patrick Champagne, “Formar a Opinião – o novo jogo político”.

definidora. As disputas de marketing dividem com o discurso político a idéia de espaço limitado: há um número “x” de consumidores (eleitores), e é necessário vender para aqueles consumidores vários produtos, o mesmo ocorre no discurso político. Mesmo o discurso político que afirma que “nós somos todos amigos... não vou falar mal de ninguém”, está referindo-se aos outros discursos que se colocam como inimigos. O discurso político precisa ser analisado nessas duas linhas: o êxito em desconstruir o outro e a forma como constrói a si próprio, como oposição ao outro.

A formação discursiva⁹

A formação discursiva é um conceito sofisticado e fundamental para se possamos entender o discurso que se pretende analisar. O filósofo francês Michel Foucault (1997, p. 35) define formação discursiva como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço e que definem em cada época dada e para cada área social e econômica, geográfica ou lingüística dada as condições do exercício da função enunciativa”. Em outras palavras, a formação discursiva envolve as condições a partir das quais se expressam os temas, objetos, hipóteses etc, em um dado espaço discursivo. Um exemplo simples: não existe um discurso científico fora das ciências. O discurso científico está sempre nas ciências. Não existe um discurso religioso fora das religiões. Quando se ouve um discurso religioso, mesmo que não seja de uma religião familiar, identificamos como um discurso religioso. Quando ouvimos um discurso científico, mesmo que não seja da ciência da qual somos mais próximos, da qual somos profissionais, especialistas, sabemos que aquilo é um discurso científico. Ora, o que dá ao discurso religioso a sua condição de discurso? A mesma pergunta pode ser feita em relação a ciência: o que dá ao discurso científico a possibilidade de o identificarmos? Por exemplo, o discurso da astronomia. A astronomia é uma ciência que em decorrência de seu objeto espetacular – o universo - está muito presente nos jornais. Quando se descobre uma nova estrela ou qualquer coisa desse nível e lemos essa notícia no jornal, sabemos que aquilo é um discurso científico. Nós acreditamos, inclusive, que aquilo é verdade porque é um discurso científico. Se, entretanto, lermos em outra parte do jornal que “a Terra está em linha reta com plutão, passando pela lua e por isso você hoje não deve pegar um avião”, isso não é um discurso científico e o objeto é o mesmo. O que divide essas duas coisas? É a formação discursiva. Esses dois discursos, aquele que explica para nós que cientistas encontraram uma nova galáxia, ou uma nova estrela, e aquele que diz que nós não podemos andar de avião porque o planeta tal está em linha direta com o planeta X, falam do

⁹ Para aprofundar a noção de formação discursiva ver: Michel Foucault, “A Arqueologia do Saber”.

mesmo objeto, mas pertencem a formações discursivas distintas. E isso é muito importante ter presente quando se faz análise de um discurso, principalmente, nesses tempos de pós-modernidade, onde parece que tudo se confunde, muitas vezes algumas análises são extremamente complicadas porque misturam análises científicas com análises místicas, há portanto dificuldade em estabelecer claramente as formações discursivas diferentes. Se voltarmos ao conceito de Foucault veremos que é mais simples do que parece : “um conjunto de regras anônimas, históricas [...]” isso é evidente, porque se desenvolve ao longo da história, “[...] sempre determinadas no tempo e no espaço...”, ou seja, o que hoje dá para um discurso a condição de científico, evidentemente não é a mesma coisa que deu aos gregos, ou seja, ele tem um tempo e um espaço, “[...] que definem numa dada época as condições do exercício da enunciação ou da função enunciativa”. A formação discursiva é alguma coisa acerca da qual não podemos dizer que “a minha formação discursiva é esta ou aquela”. É dentro do discurso analisado que se encontra a formação discursiva. O analista deve ter muito claro que se ele está fazendo a análise de duas formações discursivas distintas, as regras como os sentidos são construídos e as tentativas do discurso de fixar sentidos são diferentes em cada formação discursiva.

A Formação Discursiva não é um pano de fundo. Não é um discurso mais amplo, mas se expressa em e nos discursos. Não existe um discurso fora das ciências, mas identificamos o discurso científico na Física e nas Ciências Sociais por mais distantes que uma esteja da outra. Esse é um conceito difícil e tem de ser entendido com muito cuidado, porque se não tivermos muito claro o que é a formação discursiva, em que chão estamos trabalhando, a análise pode incorrer em graves erros. Um outro exemplo: a ciência psiquiátrica, a psicanálítica e a psicologia estão misturadas com toda uma quantidade de produções pseudocientíficas de livros de auto-ajuda. Numa livraria nós temos desde a obra completa do Freud até como fazer amigos em dez minutos sem usar muito do afeto. Temos de tudo. E tudo isso fala do nosso bem-estar, da tentativa que temos de sermos ajustados, de sermos felizes, de termos bom relacionamento com os outros. Mas todos esses livros não pertencem à mesma formação discursiva. Uma coisa é um livro que fala da influência dos anjos no seu bom humor e outra coisa é um livro que fala da relação entre o inconsciente e consciente, que são os livros de Freud e dos seus seguidores, da psicanálise em geral. O pesquisador, toda vez que trabalhar com a Análise de Discurso tem que ter muito claro a que formação discursiva está se referindo, porque conforme a formação discursiva, as regras de funcionamento do discurso são diferentes. Por exemplo: temos que procurar uma regra da prova no discurso científico, mas nós não vamos procurar a regra da prova no discurso religioso, já que este discurso não

precisa da regra da prova: ele é um discurso de fé e tem uma outra forma de organização tendo assim outro tipo de forma de fazer crer.

Tomemos, ainda um outro exemplo de uma grande formação discursiva: nós, homens e mulheres do início do século XXI, ainda vivemos e possivelmente viveremos por um tempo sob um conceito de humanidade, um conceito calcado no Iluminismo. O Iluminismo surge no século XVIII e teve uma força muito grande neste século de constituir os seres humanos como seres iguais por natureza. E desta forma deslocou para o terreno do ilegítimo um conjunto de discursos que colocava, as mulheres, os negros, os índios, os orientais em condição inferior por natureza. Isso foi fundamental para a história da humanidade. E até hoje tem sido, impedindo a legitimidade de muitas discriminações. É com base nesta formação discursiva que a humanidade foi capaz de construir discursos para se opor ao nazismo, ao stalinismo, ao fascismo, a discursos racistas.

Corpo discursivo¹⁰

O corpo discursivo é uma das noções mais importantes para a análise de discurso. Pêcheux¹¹, um dos grandes iniciadores da análise do discurso diz sobre o corpo discursivo:

é um conjunto de seqüências discursivas estruturadas segundo um plano definido em referência a um certo estado de condições de produção do discurso. A constituição de um corpo discursivo é um efeito, uma operação que consiste em realizar por um dispositivo as hipóteses dentro da definição dos objetivos de uma pesquisa (PÊCHEUX, 1990, p. 163).

Portanto, o corpo discursivo é basicamente o material de análise que deve ser definido pelo pesquisador-analista, segundo indicações de suas hipóteses. E há duas condições importantes para essa definição: o corpo discursivo deve ter uma unidade que possibilite estudá-lo como um fenômeno específico e conter nessa unidade a pluralidade de discursos que possibilite dar conta de hipótese de trabalho

Alguns exemplos esclarecem melhor a construção de corpos discursivos. Tomemos como primeiro exemplo uma análise do discurso do presidente Juscelino Kubitschek, a partir

¹⁰ As noções que serão discutidas a partir deste momento no artigo encontram-se bastante bem desenvolvidas nos seguintes manuais: Helena Brandão, “Introdução à Análise do Discurso”; Dominique Maingueneau, “Termos Chave da Análise do Discurso” e “Novas Tendências em Análise do Discurso” .

¹¹ Michel Pêcheux construiu um modelo de análise de discurso, por ele denominada de Análise Automática de Discurso (AAD), que se propôs, através de uma formalização rígida chegar a uma fórmula objetiva de análise. Para tal, partiu de conceitos da psicanálise, da linguística e do marxismo. A análise de discurso feita por acadêmicos e brasileiros europeus nas décadas 1980 e 1990 teve forte inspiração da AAD, mas raramente seu modelo foi aplicado com a rigidez proposta. Para uma discussão mais aprofundada da AAD, incluindo inclusive textos de Pêcheux veja: F. Gadet e T. Hak, “Por uma Análise Automática do Discurso – uma Introdução à obra de Michel Pêcheux”.

de todos os seus pronunciamentos. Este é um corpo discursivo legítimo? Pode ser e pode não ser. Depende da hipótese de trabalho. Se a hipótese for sobre a época JK, não se pode simplesmente tomar os pronunciamentos de JK. Se quisermos levar em consideração a época de JK, outros materiais devem ser analisados, tais como os pronunciamentos de João Goulart, de Jânio Quadros que já se ensaiava em São Paulo, de Brizola no Rio Grande do Sul. Mas conforme a extensão da hipótese, um corpo discursivo composto apenas de pronunciamentos políticos pode não ser suficiente, pode haver a necessidade de incorporar outros discursos como o do cinema e das letras das músicas da Bossa Nova. JK tinha um discurso otimista, de progresso, de internacionalização do Brasil, de construção de Brasília, de cinquenta anos em cinco, as letras das músicas permitem perceber a mentalidade na época.. Desta forma, o corpo discursivo pode ser formado das mais diversas maneiras, desde que ele dê conta das hipóteses de trabalho.

Passemos para um exemplo completamente diverso, o discurso da Igreja Católica em três períodos históricos distintos: na Idade Média, na década de cinquenta do século XX e na virada do século XX para o século XXI. O discurso de referência é o mesmo, com os mesmos dogmas, mas se faz necessário construir corpos discursivos completamente diversos para analisá-lo, porque as condições em que esses discursos acontecem são completamente diferentes. Na Idade Média, o discurso religioso era praticamente o único discurso a dar sentido a vida e ao analisá-lo percebe-se quase todas as relações sociais, o discurso religioso não precisa de discursos fora dele para se explicar. Já no início da década de cinquenta do século XX o cenário é completamente diverso, logo após o fim da II Guerra, há uma modernização capitalista muito grande, uma imposição para o mundo do “American Way of Life”. Para estudar o discurso da Igreja Católica nesta época, outros discursos devem ser tomados em consideração como o discurso da psicologia comportamental, muito forte na época, do individualismo, do consumo, do anti-comunismo. E se formos estudar o discurso religioso hoje, apenas 50 anos depois? A tarefa é bem mais complexa. Primeiro, há quase uma guerra entre religiões, disputando fiéis como um mercado. Isso é uma novidade muito grande. Também há um discurso científico muito presente e popularizado pelos meios de comunicação ao lado de um discurso esotérico, anti-razão, somado a um individualismo e a um consumismo. Portanto, a análise deve considerar a existência de um mesmo discurso, com os mesmos dogmas, as mesmas personagens, mas cujo sentido muda de acordo com a época e que para entendê-lo deve-se construir corpos discursivos diversos, para cada período estudado.

As condições de emergência

As condições de emergência são em síntese o que permite ao discurso existir, fazer sentido em um dado contexto. Um exemplo muito simples, pode ser tirado do senso comum atual sobre os políticos brasileiros e pode ser sintetizado da seguinte forma: “enquanto eu trabalho, os políticos ganham sem trabalhar, todos são corruptos”. Essa é uma frase que todos ouvimos. “Os políticos são corruptos, os políticos não merecem a nossa atenção”. Por que isso faz sentido? Que condições de emergência existem? As condições de emergência são de duas naturezas: condições de emergência internas e externas. O que são as condições de emergência internas: são as condições encontradas no próprio discurso. Todo o discurso tem de alguma forma de dizer ao receptor, que ele é legítimo: “eu sou um trabalhador, por isso eu posso falar de quem não trabalha”. Essa é a condição interna do exemplo: “Enquanto eu trabalho, os políticos ganham sem trabalhar, todos os políticos são corruptos”. Se a frase fosse “os políticos ganham sem trabalhar, todos os políticos são corruptos”, teria muito menos legitimidade, porque, a condição de emergência dessa frase é externa. Ou seja, existem casos de corrupção amplamente noticiados no país, mas também poderia estar acompanhado do seguinte enunciado:” todos os brasileiros são potencialmente corruptos”. Então, essas são as condições externas. Se a frase fosse “todos os políticos são assassinos e estupradores” não existem condições de emergência mesmo externas para legitimar o discurso.

Intertextualidade – campo de memória e campo de presença

A intertextualidade trata da presença de um discurso, de uma formação discursiva, em um outro discurso, e no discurso político tal característica está muito presente. Constitui-se em trazer experiências da ciência para dentro do discurso político. Quanto menos democrático for o discurso político mais a ciência nele vai estar presente. Os pronunciamentos de ministros da época da ditadura militar, no Brasil, algumas vezes são verdadeiras aulas de matemática econômica, pois não se podia discutir a política econômica. Parece ter sido fato, mas se não foi, é uma anedota sintetizadora deste discurso, o argumento de um Ministro da Fazenda da época de que a oposição não poderia discutir a inflação, porque não conhecia cálculo diferencial. Ora, isso é um exemplo clássico de intertextualidade. Um outro argumento científico muito usado é o da determinação biológica, que foi amplamente utilizado durante o nazismo “A biologia prova que tal grupo é inferior”. Isso dava o direito de matar, de massacrar, etc. Também o discurso religioso está presente no discurso político em suas mais

diversas variantes: como base para um discurso de libertação como o encontrado na Teologia da Libertação na América Latina, com invocação ao fatalismo em discursos ultra conservadores, como teoria justificatória de governos anti-democráticos, através do discurso fundamentalista presente em diversas religiões.

O Campo de Memória também é fundamental, principalmente quando se analisa o discurso político. São inúmeros os exemplos: a presença de Getúlio Vargas em todos os discursos que pretendem falar dos direitos dos trabalhadores brasileiros. Quando da redemocratização no Brasil na década de 80 houve uma verdadeira luta pelo espólio getulista. Outro exemplo é a presença da história da luta contra a ditadura como um elemento fundamental na construção do discurso político democrático no Brasil de uma geração de políticos. É interessante notar como o atual PMDB, tenta se identificar com a antiga agremiação MDB do tempo da resistência à ditadura. Podem ser dados como exemplos, ainda, o Perón na Argentina, a luta na resistência durante a II Guerra na França e até a Revolução Farroupilha no discurso político no Rio Grande do Sul.

Ainda deve-se considerar o campo de presença. É o campo que nos permite ver quando se faz uma citação para se ter autoridade: cita-se o discurso científico, ou uma personagem da história, ou mesmo outros políticos. Nas campanhas políticas é muito recorrente a presença de uma autoridade científica: um médico para dizer que o um programa de governo está correto em relação à saúde; um professor para atestar o projeto sobre o ensino é fundamental; um PhD em ciência política, etc. Este é pois um campo muito rico e que provoca o sentido de verdade no discurso político. Também faz parte deste campo a presença de nomes de apoiadores atestando a capacidade do discurso de interpelar diferentes setores. Todo esse conjunto de mecanismos permite-nos trabalhar com análise de discurso, de fazer análise, de ver onde as coisas estão, ver como são construídas. Por que a análise de pronunciamentos de um presidente da república começa mostrar a ocorrência de regularidades em relação a seu campo de memória ou na intertextualidade ou como estas são interrompidas? O que está acontecendo neste discurso? Isto será por acaso? Por que foi trocado completamente um conjunto de políticos que ele costuma citar? Da mesma maneira um pode, em um certo momento, justificar sua política econômica com base na ciência econômica.

A lógica da diferença e a lógica da equivalência

As duas lógicas mais importantes na construção do discurso político são a lógica da equivalência e a lógica da diferença. Os discursos tendem a se organizar dentro dessas duas lógicas, que podem ser assim representadas.¹²

Lógica da Diferença

A # B # C # D

Lógica da Equivalência

A negação de B

A negação de C

A negação de D

A negação de B = C = D

Para se entender estas duas fórmulas pode-se começar por um exemplo muito simples, o aprendizado de fala de uma criança. Qual é o processo de aprendizado da fala? uma criança pega um livro e começa a chamar essa coisa de livro. Lá pelas tantas, ela pega um bloco e chama de livro. Ela pega um caderno e chama de livro. Ela pega uma revista e chama de livro. Com o passar do tempo ela vai começar a chamar uma coisa de livro e outra coisa de caderno. Ou seja, ela estabeleceu a primeira diferença. E, posteriormente, ela vai chamar de livro, de caderno e de bloco. Ela estabeleceu mais diferenças. E com o passar do tempo ela vai chamar de livro, de caderno, de bloco e de revista. Em suma, a lógica da diferença é a lógica da sofisticação da construção de sentidos. Nós podemos falar, em termos mais generalizados, que a lógica da diferença é a lógica do aprendizado. Quando é dado sentido mais refinado a alguma coisa se distingue esta coisa da outra. A lógica da diferença é a lógica da positividade. Uma característica básica na lógica da diferença é a de que as os sentidos envolvidos têm positividade, isto é podem se definir sem referência ao outro. Ou seja, define-se completamente o livro sem referência ao caderno. Podemos partir para exemplos mais

¹² Estas duas lógicas foram exaustivamente estudadas por Ernesto Laclau e Chantal Moufée em “Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics”, já citado anteriormente.

sofisticados. Na teoria marxista o proletariado e a burguesia não constituíam positivities independentes: o proletariado significava-se na sua relação com a burguesia e a burguesia significava-se na sua relação com o proletariado. E só não se significavam assim através da luta de classes, se tivessem falsa consciência. Partindo-se da premissa de que não há significado essencial, as formas como sujeitos concretos burgueses e proletários se auto significam e dependem fundamentalmente das condições históricas em que estão inseridos. Daí que necessariamente, o proletariado e a burguesia não se significam como antagônicos, mas podem significar-se como diferentes. Cada um pode se definir completamente de forma independente, tendo plena positividade. Pode-se pensar em realidades em que o proletariado e a burguesia convivem sem antagonismo, pois não há nenhuma essência que impeça isto de acontecer. A social democracia europeia por um longo período logrou a hegemonia em muitos países do continente construindo um discurso onde estavam ausentes relações antagônicas.

As relações antagônicas pressupõem uma lógica diversa da diferença, a lógica da equivalência. Para existir a lógica da equivalência devem existir, em primeiro lugar, as diferenças. Porque, quando se diz que duas coisas são equivalentes, a primeira coisa que se está afirmando é que elas são diferentes, porque se elas não fossem diferentes elas não poderiam ser equivalentes, elas seriam simplesmente iguais. Elas são equivalentes porque são diferentes e, em um certo momento, uma parece igual à outra. É importante enfatizar esta primazia da diferença como matéria-prima de discursos que se organizam através da lógica da equivalência, pois só desta forma é possível distinguir discursos simples de discursos complexos. Do primeiro tipo é exemplo o discurso do absolutismo, que divide a aristocracia da plebe, onde a plebe não é formada de diferenças que se tornam equivalentes por um processo de significação, mas, simplesmente, é significada como um todo uniforme. Exemplo do segundo tipo de discurso é o que busca a ordem hegemônica através de um processo de construção de equivalência entre diferenças construídas em um discurso democrático colocando-se de forma antagônica a um discurso globalizante neo-liberal.

Vejamos exemplos clássicos das duas lógicas. O primeiro é o cenário da lógica da diferença:

A = cultura ocidental

B = cultura indiana

C = cultura islâmica

D = cultura indígena sul americana

Pela lógica da diferença, $A \neq B \neq C \neq D$, são diferentes.

A interferência do conquistador europeu na Idade Moderna constitui a seguinte cadeia de significação:

A ocidente (neg) B Índia

A ocidente (neg) C islamismo

A ocidente (neg) D indígena

Para $A(\text{neg}) > B = C = D$ são iguais

O discurso do conquistador europeu a partir da Renascença coloca o mundo ocidental, como a verdade e ao sair da Europa para conquistar outros continentes, cada civilização que ele encontra a designa como a não civilização. Ele chega na Índia e não reconhece a civilização, porque tudo que é diferente é a negação da civilização europeia cristã renascentista do século XV e XVI. O mesmo acontece quando chega à América e encontra os índios, encontra os Incas. Portanto, o conquistador constrói uma cadeia de equivalência entre o que considera a barbárie (= a não civilização europeia) de forma antagônica à civilização cristã ocidental. As “culturas bárbaras” para o europeu não têm positividade, elas se definem pela negação à Europa.¹³

A análise dos discursos a partir de lógicas de diferenças ou de equivalências permite ao analista intervir na discussão de alguns temas de grande atualidade, como é a discussão acerca dos direitos humanos como direitos universais. Os direitos humanos fazem parte de uma formação discursiva que se poderia chamar de cultura ocidental, que se impõe ao mundo por construções de discursos hegemônicos ou até mesmo pela força. A grande maioria das pessoas que estão sobre o planeta tem culturas que não aceitam os direitos humanos como universais. Essa é uma questão extremamente complexa porque se admitirmos a não universalidade e a não essencialidade, ou seja, a condição de direitos naturais dos homens e das mulheres, mas se os identificarmos como direitos construídos pelo ocidente nos

¹³ Sem relação com a análise de discurso, mas se constituindo em um sofisticado exemplo de lógica de equivalência, há a análise de Edward Said sobre o discurso do ocidente sobre oriente em “Orientalismo – o oriente como invenção do Ocidente”.

deparamos com a seguinte questão: se isto é verdade teremos de admitir atrocidades que se fazem no mundo daqueles que não obedecem, daqueles que não aceitam os direitos universais? Será que basta identificar o efeito de dominação do discurso ocidental sobre o oriente para desqualificar o primeiro? A esta segue-se uma não menos instigante questão: como criar direitos universais e como fazer que os direitos universais façam sentido para culturas diversas, sem desconsiderar as diferenças?

Um outro exemplo destas duas lógicas muito distante dos dois anteriores é o discurso da “Campanha das diretas já” no Brasil em 1983-84 que tem inclusive uma parte visual que pode ser analisada através das fotografias dos palanques dos comícios da campanha. Estes comícios eram momentos de absoluta equivalência na política brasileira: estavam presentes desde João Amazonas até Tancredo Neves. Havia um arco de aliança onde nenhuma diferença era suficientemente grande para fazer sentido. Mas com o processo da redemocratização houve todo o espaço para a construção de diferenças e de discursos que expressavam antagonismos entre os sujeitos presentes nos palanques da “diretas-já”.

Hegemonia e o antagonismo¹⁴

Hegemonia é um conceito que tem uma longa história e os primeiros a falar nele foram Marx e Lênin. Quando Lênin falou em hegemonia estava falando em aliança de classes. Gramsci mudou o conceito de hegemonia ao dizer que a hegemonia não era um acordo, mas era a real assimilação, por aquele que liderava, dos interesses daquele sobre o qual ele queria ser hegemônico. Isso é completamente diferente da noção de alianças estratégicas da hegemonia leninista. Gramsci defendeu que para que houvesse uma hegemonia real, todas as lutas deveriam ser incorporadas pela classe que pretendesse a liderança hegemônica. Ernesto Laclau (1986) vai assumir essa concepção gramsciana de hegemonia, mas ao mesmo tempo criticar Gramsci pela manutenção de um essencialismo, alguma coisa que não era construída socialmente, que era o proletário, ou seja por natureza seria o líder do discurso hegemônico. Tomando as noções de arbitrariedade e não essencialismo citadas anteriormente o que se pode daí derivar é que o proletário por natureza não é o líder da hegemonia, mas pode vir a não ser o líder, qualquer grupo ou qualquer classe, potencialmente, pode se constituir hegemônico. O processo de hegemonia se constrói através de uma cadeia de equivalência, quando as diversas lutas se tornam uma única luta, para que aconteça, por exemplo, o processo revolucionário. A

¹⁴ Para aprofundar o conceito de hegemonia ver. Chantal Mouffe, “Gramsci and Marxist Theory”.

luta do proletário, dos sem-Terra, dos desempregados, dos imigrantes tornam-se equivalentes e um grupo entre eles se constitui como hegemônico. Em suma, o discurso hegemônico é aquele que consegue constituir uma cadeia de equivalência e articular todas as diferenças de forma tal que elas diminuam seus significados particulares. Nada, entretanto, impede que em situações de crise econômica se construa um discurso anti-proletário, liderado por desempregados, sem tetos, imigrantes, etc.

A pretensão do discurso eleitoral é construir a hegemonia, é diminuir as diferenças que existem entre os diversos eleitores, entre os diversos grupos construindo uma cadeia de equivalência, onde o interesse de um grupo apareça no discurso como sendo o interesse do conjunto das pessoas. Vejamos um exemplo: uma das importantes questões que se coloca, atualmente, no Brasil é a questão da educação pública e gratuita: indivíduos pagam impostos e os seus filhos estão nas universidades ou em colégios privados; ou indivíduos pobres, pagam a universidade pública através de impostos, mas não têm condições de ter acesso a ela. Portanto, poder-se-ia afirmar que o ensino público e gratuito não é do interesse do conjunto da população, porque o conjunto da população, pelo menos em relação à universidade pública não chega a ela. E se não chega até ela, por que defendê-la. Mas pode-se pensar em uma posição completamente diversa. Para que o país se desenvolva, há necessidade que se crie condições para que todo conjunto da população tenha acesso à universidade. E para ter acesso à universidade, é do interesse do conjunto da população, de todos que pagam impostos, que o ensino seja público, seja ele de que natureza for, para garantir que todos cheguem à universidade e isto modificará o mercado de trabalho, o consumo, vai diminuir a violência, criar um outro tipo de sociedade, etc.

A hegemonia constrói-se através do antagonismo que se deriva da lógica da equivalência. As posições podem ser contraditórias e não ser antagônicas, pode-se dizer que o liberalismo e a social democracia são contraditórios, mas não são antagônicos. Mas o socialismo marxista e o liberalismo são antagônicos ou foram constituídos como antagônicos? A relação é antagônica quando a presença de um não deixa que o outro constitua-se completamente. Isto é uma relação de antagonismo. Não posso ser completamente “eu” na presença do outro, um exemplo muito simples: entre grandes proprietários rurais e MST existe uma relação antagônica por excelência. A forma como o MST constrói em seu discurso o proprietário rural, impede o camponês de ser completamente camponês, o mesmo acontece no discurso do proprietário rural, o sem-terra se constitui como aquele que não permite que o grande proprietário exista, não permite que ele se constitua completamente.

Todo discurso revolucionário é um discurso que tem como suporte a lógica da equivalência e, portanto, se relaciona com os outros discursos de forma antagonica. Todo discurso democrático tem como suporte a lógica da diferença. Mas é importante, principalmente, quando se trata de analisar discursos democráticos, de tomar em consideração que toda lógica da diferença é uma lógica que vai se alastrando, incorporando cada vez mais sentidos, mas ela tem um limite. E o limite da lógica da diferença é o antagonismo. Porque de outra forma pode-se chegar à aceitação do discurso em que a negação da diferença é aceita como diferença. Esse é o grande problema da lógica da diferença presente muitas vezes nos discursos de extração pós-moderna do multiculturalismo. Pensemos nos grupos nazistas na Europa atualmente, ou seja, a aceitação de grupos nazistas é, em última instância, a aceitação da negação da lógica da diferença. Portanto, a diferença tem o seu limite. Ou seja, os grupos nazistas não permitem que os grupos democráticos existam, porque para que o grupo democrático exista, não pode haver a sua negação, porque a sua negação é a ameaça à sua existência.

Historicamente na América Latina há uma tendência a discursos políticos que privilegiam a lógica da equivalência, como os discursos populistas que constroem a noção de povo. Na Europa e nos EUA a tendência é de discursos da diferença. Todos os discursos revolucionários latino-americanos foram discursos de equivalência e tendem a diminuir as diferenças construídas. Um exemplo claro disto é a forma como é significado no discurso da esquerda brasileira o aparecimento do feminismo. Ao longo da década de 1970 desenvolveu-se com muito vigor na Europa e nos Estados Unidos o movimento feminista e teve grande repercussão no Brasil. Naquele período havia um grande grupo de mulheres brasileiras que estavam em Paris, exiladas e que também foram influenciadas pelo movimento internacional. Essas mulheres criam um grupo de discussão da questão de gênero e isto provocou uma surpreendente reação dos homens brasileiros de esquerda exilados na cidade, ao ponto de ter sido recomendado a uma associação de ajuda a brasileiros exilados, que suspendesse a ajuda a famílias cujas mulheres frequentassem o grupo feminista, que se reunia em um café em Paris. É neste momento que as esquerdas reagiam negativamente ao feminismo e no Brasil também, porque dividia a luta, ou seja, ele ia constituir a diferença. Os grupos de diversas tendências da esquerda, no que pese as grandes diferenças internas, tornavam-se equivalentes a partir da idéia de combate à ditadura no Brasil, e é neste contexto que as mulheres afirmam sua diferença. Deve-se tomar em consideração que o discurso marxista era então hegemônico entre os grupos de esquerda, o que tornava a questão das mulheres e dos negros uma questão relacionada à dominação do capitalismo, uma questão de classe. Daí que o capitalismo era

significado como igual a racismo, igual a machismo, igual a preconceito contra índios, igual a preconceito a deficientes físicos, igual a preconceito contra homossexuais, etc. Bastava, portanto, vencê-lo.

Noções de deslocamento e condensações

Deslocamentos e condensações - são duas formas muito interessantes de organização de discursos políticos, religiosos, místicos, naqueles discursos que querem impor uma verdade ou querem esconder uma verdade.¹⁵ O trabalho dos sonhos, segundo Freud, é do deslocamento dos sentidos. Isso é um trabalho metafórico. Sonha-se com alguma coisa, mas quando se analisa o símbolo que sonhamos, ele não tem obrigatoriamente nada a ver com os conteúdos explícitos dos sonhos, isto é o processo de deslocamento. Esse é o sentido de deslocamento. No discurso político há inúmeros exemplos de processos de deslocamento, como a centralidade no discurso da violência em detrimento do discurso de combate à desigualdade social; a atribuição à catástrofes naturais de fracassos de políticas agrícolas; a atribuição à desqualificação do trabalhador sua condição de desempregado.

O conceito de condensação é distinto. Freud (2000) explica de uma maneira muito clara:

Os sonhos são breves, escassos e lacônicos em comparação com a extensão e a riqueza do pensamento do sonho. Se um sonho é escrito numa folha de papel, possivelmente ele preenche meia página. Mas se nós formos fazer uma análise desse sonho, e escrever sobre ele, ele ocupará seis, oito ou uma dúzia de vezes o espaço do que quando nós escrevemos o sonho.

A hegemonia é um forte momento de condensação. Podemos ter uma luta por democracia, por exemplo, e essa luta trazer muitos grupos diferentes, trazer muita gente para dentro dessa luta porque o termo democracia condensa muitos sentidos.

No fim da década de 50 e início da década de 60, Yuri Gagarin fez a volta pela primeira vez no planeta Terra numa nave espacial e, quando voltou, lhe perguntaram como era o planeta Terra visto lá de fora e ele disse que o planeta Terra era azul. Esta é uma frase que condensa muitos significados, ou seja, a humanidade estava num momento de guerra fria, um momento extremamente tenso, onde os antagonismos eram muito grandes, onde a guerra,

¹⁵ Tanto o conceito de deslocamento e o conceito de condensação estão desenvolvidos no livro “*A Interpretação dos Sonhos*”, de Sigmund Freud.

o vermelho, a fúria era muito grande e ele olha de fora e diz “o planeta Terra é azul”. Isto foi repetido muitos anos, porque condensava muitos significados. Condensava os significados de que todos nós éramos iguais, que o planeta Terra era só uma bolinha no meio de todos os outros, que éramos pequenos, que éramos bonitos. Churchill também condensou significados quando disse “vamos ganhar a guerra com sangue, suor e lágrimas”. São frases que ficam famosas não porque tratam de um fato naquele momento, mas porque condensam os muitos sentimentos das gentes ao longo da história.

Significante vazio

O significante vazio trata de significante que foi, historicamente, objeto de tantas condensações que chega um momento que a ele pode ser atribuído a qualquer coisa, ou seja, são tantas as condensações, que ele se torna um significante vazio.

Jon Simons¹⁶, em um instigante artigo aponta Lady Diana como significante vazio no discurso inglês. Porque milhões de ingleses choraram a morte dessa mulher? Afinal de contas ela não era uma rainha, não era ministra, não era uma grande atriz, ou seja, quem era essa mulher que o mundo reverenciou quando morreu e que fez os ingleses, que são extremamente frios e racionais, encherem as ruas de Londres e chorarem a sua morte. Por que Lady Diana torna-se tão importante? Ela se tornou tão importante para os ingleses, porque ela se tornou um significante vazio, segundo o autor. Nela os ingleses depositaram todas as suas ansiedades. A Lady poderia ser a Cinderela, a menina anoréxica, a mulher traída, a divorciada, a mãe sozinha, a moça comum da cidade, aquela que cuidava as pessoas, a vítima, a mulher forte, a estrela sitiada e a mãe adorada. Nela se depositava tudo. Cada um via na Lady Diana uma das suas esperanças ou de suas frustrações. Mas ela se constituiu como um significado vazio, ou seja, nela se depositava tudo. Contra quem? Contra aquilo que Lady Diana chamava “a firma”. Ela chamava a família real de “a firma”. Em qualquer conjuntura hegemônica a identificação com o significado vazio requer relações de equivalência que são antagônicas a um elemento excluído e o este elemento era a rainha da Inglaterra, “a Firma”.

¹⁶ SIMONS, Jon. The dialectics of Diana as empty signifier. In: *Theory & event*, 1999. Disponível em: <<http://128.220.50.88/journals>>. Acesso em: 23 de jul. de 2001.

O Brasil tem sua Lady Diana em termos de significante vazio. E a Lady Diana brasileira atende pelo nome de Ayrton Senna. O enterro do Ayrton Senna, as manifestações de apreço a ele pelo que significou no Brasil estão muito distantes do significado de ser um grande corredor de Fórmula 1. Ele morreu e até hoje ele é um significante vazio, até hoje ele aparece como aquele que é bom, é competente, é dedicado ao próximo, ele era o Brasil que deu certo.

Ao lado destes significantes vazios tão óbvios e até meio caricatos, nos quais a população pode depositar as suas frustrações, numa rainha ou num automobilista, há outros significantes que são muito interessantes de serem estudados e que tem grande presença no discurso político brasileiro: talvez o mais importante e forte deles seja a idéia de mudança. A idéia da mudança é um significante vazio na política brasileira. Toda vez que um candidato fala em mudança cria-se uma expectativa positiva. A mudança é um significante vazio, ao mesmo tempo em que contém um valor positivo muito grande. Daí que, como cada um encontra na mudança um significado, cada brasileiro coloca no conceito de mudança o significado que quer: a mudança pode ser tanto do capitalismo para o socialismo, como no valor da aposentadoria da seguridade social.

A noção de significante vazio não pode ser confundida com a de condensação no que pese estarem próximas uma da outra. Por exemplo, a questão da privatização dos serviços públicos no discurso da esquerda brasileira durante a década de 1990. O discurso contra as privatizações condensava muitos significados desde o fim da soberania nacional até o aumento de preços dos serviços que até então eram públicos. Também havia um discurso a favor das privatizações, que condensava estes significados os associando a melhorias nos serviços de telefonia, saúde, etc. Entretanto, em qualquer dos casos o significante privatização tinha um significado muito preciso, estava se tratando de vender a particulares os serviços públicos estatais, esta era a questão central ao redor da qual se construía cadeias de equivalência.

O significante vazio sempre se constitui em antagonismo a alguma coisa. A Lady Diana se constitui em contraposição à monarquia inglesa que era muito criticada na época. O Ayrton Senna se constitui contra o fracasso do Brasil. A mudança se constitui contra as próprias condições de vida de cada um. Para se entender a lógica do discurso político é muito importante que se tenha essa idéia do significante vazio. É evidente que não aparecem significantes vazios a cada momento, há alguns significantes que são muito organizadores do

discurso político Em países como os latino-americanos com problemas emergenciais é muito fácil que alguns elementos se constituam como significantes vazios.

Ao concluir este trabalho, que pretendeu dar uma visão geral das principais questões presentes na análise de discurso, gostaria de retomar a citação de Alberto Caeiro, que deu início a este artigo. Talvez mais do que todas as noções que descrevi aqui, o que melhor define a construção de sentidos, a constante tentativa de fixação de significantes flutuantes, desarmônicos, que não obedecem a nenhuma lógica pré-estabelecida, é o fato que “não há Natureza”, e “que um conjunto real e verdadeiro é uma doença das nossas idéias”.

Referências

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Lisboa: Presença, 1980.
- BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRANDÃO, H. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: Ed Unicamp, 1993.
- CHAMPAGNE, P. *Formar a Opinião – o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- FREUD, S. *A Interpretação dos Sonhos*. São Paulo: Imago, 2000.
- GADET, F.; HAK, T. *Por uma Análise Automática do Discurso – uma Introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a radical democratic politics*. London: Verso, 1986.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. Porto: Publicações Escorpão, 1974.
- MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.
- _____. *Termos Chave da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- MOUFFE, C. *Gramsci and Marxist Theory*. London: RPK, 1979

ORLANDI, E. P. *A Linguagem e seu funcionamento – As formas do Discursos*. Campinas: Pontes, 1987.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

PINTO, C. R. J. *Com a Palavra o Senhor Presidente*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SAID, E. *Orientalismo – o oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SIMONS, Jon. The dialectics of Diana as empty signifier. In: *Theory & event*, 1999. Disponível em: <<http://128.220.50.88/journals>>. Acesso em: 23 de jul. de 2001.

Recebido para publicação: 18/11/2005

Aceito para publicação: 20/12/2005